

Área 5 – Economia Política, Metodologia e História Econômica do Nordeste

Teoria Marxista da Dependência: o caminho para uma práxis realista

Fabício André Zanghelini¹

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC-UFS). Trabalha com teoria marxista com ênfase na Teoria Marxista da Dependência e mercado de trabalho brasileiro. Endereço: rua Jairo Piassa Fernandes, 215, apto 302. Bairro Jabotiana. Aracaju/SE. CEP: 49096.135. E-mail: fabriciozanghelini@gmail.com. Telefone: (48) 99800.9800.

Área 5 – Economia Política, Metodologia e História Econômica do Nordeste

Teoria Marxista da Dependência: o caminho para uma práxis realista

Resumo

Este artigo analisa o contexto histórico e as principais reflexões da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Inicialmente é feita uma breve comparação com as principais teses da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e as do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em um segundo momento, mostra-se como o sistema capitalista, no marco do seu desenvolvimento como sistema global, apresenta-se hierarquizado e com particularidades em relação aos países subdesenvolvidos. Dentro da perspectiva histórico-estrutural, demonstra-se que o subdesenvolvimento dos países dependentes é, justamente, o produto das relações político-econômicas estabelecidas com os países centrais. A conclusão, por sua vez, aponta que é somente através da ruptura dessas relações e no trânsito para o socialismo que as sociedades latino-americanas poderão libertar-se do atraso econômico e de seus antagonismos sociais.

Palavras-chave: capitalismo; subdesenvolvimento; dependência; centro-periferia.

Classificação JEL: B24; B51.

Abstract

This article analyzes the historical context and the main reflections of the Marxist Theory of Dependence (TMD). Initially a brief comparison is made from the main theses of ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean) and from the Brazilian Communist Party (PCB). In a second moment, it is shown how the capitalist system, within the framework of its development as a global system, presents itself hierarchical and with particularities in relation to the underdeveloped countries. Within the historical-structural perspective, it is demonstrated that the underdevelopment of the dependent countries is precisely the product of the political-economic relations established with the central countries. The conclusion, in turn, points out that it is only through the rupture of these relations and in the transition to socialism that Latin American societies can free themselves from economic backwardness and their social antagonisms.

Key words: capitalism; underdevelopment; dependency; center-periphery.

JEL classification: B24; B51.

Introdução

A Teoria Marxista da Dependência ocupa um lugar de relevo no debate econômico-social na América Latina. Contudo, ainda que venha crescendo o número de artigos, dissertações e teses sobre o tema, além da publicação de obras de seus principais formuladores (como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra), em função do dogmatismo das teorias hegemônicas – que buscam isolar as condições econômicas das políticas –, a TMD, de modo geral, é ainda pouco contemplada nos programas das disciplinas universitárias. À vista disso e do atual influxo neoliberal sobre a região latino-americana, o objetivo principal deste trabalho, embora de caráter inicial, é analisar a contribuição e a riqueza dialética da TMD ao debate econômico e social, além de fomentar o pensamento crítico, o qual é fundamental à atividade acadêmica. Para tanto, empregou-se aqui a análise de alguns livros e de artigos direta ou indiretamente relacionados à TMD.

Observa-se que a maior parte das teorias econômicas debruçam-se basicamente sobre o estudo do desenvolvimento dos países centrais (nações capitalistas avançadas da Europa e da América do Norte) e, por contraste, dão pouca atenção aos países economicamente subdesenvolvidos. Com efeito, a história da parte subdesenvolvida do mundo é bastante diferente daquela da parte desenvolvida, mas as teorias correntes levam-nos a supor que o passado – e mesmo o presente – dos países subdesenvolvidos repetem as mesmas etapas da história dos países hoje desenvolvidos, ou seja, colocam o passado do mundo como um todo (tendo como referência apenas uma parte) e, assim, pouco analisam a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista na sua verdadeira totalidade. Tais teorias tampouco consideram a produção simultânea de desenvolvimento em determinadas partes do mundo e de subdesenvolvimento em outras – lembrando que o subdesenvolvimento é justamente produto das instituições e das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que os países periféricos mantiveram e mantêm com os países centrais (FRANK, 1976, p. 25-26).

Outro ponto correlato e igualmente equivocado é quando considera o subdesenvolvimento apenas como uma simples ausência de desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvimento como condição primária de um processo evolucionista, no qual o desenvolvimento dar-se-ia naturalmente no desdobramento do aparelho produtivo local e, também, poderia ser estimulado pela difusão de capital, de instituições e de valores das metrópoles capitalistas (FRANK, 1976, p. 26). Nas palavras do economista e sociólogo alemão André Gunder Frank (1976, p. 26):

[...] acredita geralmente que o desenvolvimento ocorre numa sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos estariam ainda em uma etapa que é algumas vezes descrita como uma etapa original da história e pela qual os países atualmente desenvolvidos teriam passado há muito tempo. Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos.

Na continuidade do processo de pesquisa mostra-se, portanto, que a TMD nasceu, entre outros fatores, da necessidade de situar o mundo como objeto de análise condicionante da investigação regional. Isso significa que “este conjunto de novos estudos levava”, segundo de Theotônio dos Santos (1996), “a uma reformulação de ordem teórica global e exigia uma metodologia de análise que situasse a história da América Latina no contexto da expansão do sistema capitalista mundial”. Então, superando metodologias importadas e considerando a economia mundial monopolizada, hierarquizada e competitiva, exercem-se enfrentamentos teóricos concernentes aos problemas concretos que o desenvolvimento desigual e as relações

imperialistas colocam para as sociedades latino-americanas (LUCE, 2018, p. 206). Em suma, é através da análise da dialética do desenvolvimento do subdesenvolvimento que a TMD busca melhor compreender a realidade para transformá-la.

Visto que as relações entre centro e periferia no plano internacional – e, também, no plano local – são produtos do processo de desenvolvimento capitalista (ainda que haja exemplos propagandistas como “milagre econômico brasileiro” e “tigres asiáticos”), torna-se infactível superar, pelas vias espontâneas do mercado, o atraso econômico-social latino-americano, pois, no melhor dos casos, o desenvolvimento da periferia será limitado. Portanto, a análise histórica comprova que a superação do subdesenvolvimento somente poderá ocorrer com a ruptura das relações de dependência. Não obstante, as transformações devem materializar-se através da tomada de consciência, da organização e da atuação das classes populares do campo e da cidade, a fim de transcender o julgo da dominação que se vive nas formações econômico-sociais regidas pelas relações de dependência (LUCE, 2018, p. 204).

Contexto geral

Ao contrário das análises de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado que, – embora tratem corretamente o início da colonização como uma empresa comercial –, consideram que o subdesenvolvimento brasileiro tem origem na Fase Colonial em função de ter ocorrido uma colonização mercantil ao invés de uma colonização de povoamento (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 12), “a situação colonial”, segundo Ruy Mauro Marini (apud LUCE 2018, p. 201), “não é a mesma coisa que a situação de dependência”. Ou seja, não é o passado colonial em si que consegue definir a essência das atuais relações de dependência e, portanto, não podemos atribuir centralidade causal às questões de “herança colonial” (LUCE, 2018, p. 201-202).

Foi, inclusive, após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), período histórico em que a economia mundial encontrou-se sob a hegemonia de grandes grupos econômicos e de poderosas forças imperialistas (isto é, quando os Estados Unidos, beneficiados pela conjuntura da guerra – dado que os maiores sacrifícios humanos e econômicos couberam à União Soviética, à Alemanha e ao Japão, que tiveram seus poderes político e militar destruídos – colocam fim aos problemas da depressão de 1929 e acumulam em suas mãos os elementos de hegemonia e conduzem a ocidentalização do mundo – ALVES, 2007), que no Brasil e na América Latina surgiram teorias que se propuseram a analisar o quadro da economia local e das novas relações da região com o restante do mundo.

Dito isso, foi justamente na segunda metade do século XX que se desenvolveu o clássico pensamento nacional-desenvolvimentista da CEPAL, organismo criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o qual trouxe fundamentos econômicos e sustentações empíricas, além de apoio institucional, às análises da Teoria do Desenvolvimento. A base da teoria cepalina, associada ao paradigma do estruturalismo latino-americano de Raul Presbisch e de Celso Furtado, pode ser definida, fundamentalmente, pela afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso tecnológico – acumulação de capital –, da modernidade, da civilização e da democracia. Seus estudos buscavam demonstrar que os preços dos bens exportados pela periferia tendiam a decrescer, enquanto que os bens importados do centro apresentavam direção contrária (diferenças nas elasticidades-renda de exportação e importação), além de diversos outros obstáculos – questões relacionadas às estruturas produtivas – que bloqueariam a plena implantação da modernidade nos países subdesenvolvidos. Como solução desse quadro, buscava-se viabilizar o progresso a partir de um aparato industrial orientado principalmente pela ação estatal (DOS SANTOS, 1996).

No entanto, as análises e propostas políticas da CEPAL, confiantes num certo trajeto linear das etapas “suficientes” para a superação da condição do subdesenvolvimento,

preservavam as estruturas existentes de poder. Em última análise, elas trataram até de reorientar o investimento internacional ao considerarem o capital internacional como um elemento de apoio ao desenvolvimento econômico e industrial dos países subdesenvolvidos, tomando-o, desse modo, como complemento à poupança interna que seria necessária à industrialização (DOS SANTOS, 1996).

Antes, porém, de prosseguirmos, convém observar que o pensamento da escola cepalina produziu, à luz de uma reflexão sobre os processos históricos particulares da industrialização, um debate consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento; entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas consequências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída (DOS SANTOS, 1996). Questionava-se, principalmente, através de uma política de substituição de importações, a teoria ricardiana da lei das vantagens comparativas – a qual os países centrais tentavam impedir os países periféricos de transferir sua mão-de-obra para setores de maior valor agregado (BRESSER-PEREIRA, 2008). Representou, certamente, um verdadeiro avanço frente às teorias ortodoxas do desenvolvimento, visto que tal ortodoxia considera o subdesenvolvimento em termos puramente abstratos e quantitativos, situando as economias apenas em distintos e automáticos pontos de uma “escala evolutiva”, isto é, além de uma grande carência teórica, a ortodoxia não observa aspectos políticos e nem histórico-estruturais (GRACIOLLI; DUARTE, 2007). “Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação de seu funcionamento”, já alertava Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961, p. 19), “igualmente importante é a verificação [...] com uma realidade histórica”.

Entre os anos 1950-1970, inclusive, havia-se formado no Brasil uma considerável base industrial, mas, pelas características estruturais do modelo econômico determinadas pelas relações com os centros mundiais e também pela incapacidade inerente do capitalismo de reproduzir, nos países periféricos, experiências bem-sucedidas de progresso social e de desenvolvimento socioeconômico, esse desenvolvimento foi limitado (BENAYON, 1998, p. 126). Segundo Theotônio dos Santos (1998):

Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, [...] estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos.

Assim, no calor da luta de classes (o motor da história) e de fortes convulsões sociais do contexto mundial dos anos 1960 e 1970, surgiu a Teoria Marxista da Dependência como um novo sistema analítico e de interpretação da economia política periférica. De acordo com o historiador Mathias Seibel Luce (2018, p. 9-10) a Teoria Marxista da Dependência é:

[...] a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo [...] Deste encontro nasceu o veio teórico em que se descobriram categorias originais, para dar conta de explicar processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial. Categorias como [subimperialismos], superexploração da força de trabalho, transferência de valor, cisão no ciclo do capital, padrão de reprodução do capital e a própria categoria dependência são fruto dessa vigorosa tradição crítica.

É salutar compreender que a TMD, ao considerar o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo particular, não é somente uma teoria do capitalismo periférico, mas também um ponto de partida para uma reinterpretação do sistema capitalista mundial. Como bem argumenta Theotônio dos Santos (1998):

Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60. Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Esse novo arcabouço teórico está submetido ao exame da crítica metodológica radical e tem o seu programa de investigação presidido pelo objetivo de fazer uma rigorosa apreensão do terreno onde ocorrem as verdadeiras limitações do desenvolvimento, visto que a economia mundial está constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e de forças imperialistas.

É também notável que o imperialismo não seja apenas um elemento externo, como pretendia a análise cepalina. Pelo contrário, o conceito de dependência não pode ser formulado fora da fronteira da teoria do imperialismo, visto que esse fator é que constitui e caracteriza as distintas formações socioeconômicas, ou seja, dá organicidade ao capitalismo. Segundo Theotônio dos Santos (1980):

Apesar de que a dependência deve ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, possui uma realidade própria, que constitui uma legalidade específica dentro do processo global; e que atua sobre ele dessa forma específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, significa não só ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir na sua melhoria e reformulação.

A Teoria Marxista da Dependência era considerada como parte de uma “nova esquerda”, pois, inclusive, questionava a própria esquerda marxista brasileira adepta do Modelo Democrático-Burguês, como o Partido Comunista Brasileiro que, naquele momento, trazia uma concepção das relações de produção consideradas como semifeudais e, por conseguinte, apresentava perspectivas de transformação estabelecidas no âmbito da revolução democrática-burguesa (MANTEGA, 1990, p. 210). Esse ponto de vista, fruto das chamadas teses da Internacional Comunista sobre os “países coloniais e semicoloniais” e da aliança do proletariado com a “fração progressista” da burguesia interna, referenciada sob o cânone europeu de 1789 (Revolução Francesa), apresentava-se como “exigência histórica” para a consolidação da “revolução democrática-burguesa” – etapa supostamente prévia e necessária para pôr fim aos supostos resíduos feudais, promovendo o desenvolvimento capitalista e abrindo passagem ao socialismo. No entanto, como bem considera a TMD, o atraso dos países periféricos é um processo social criado e moldado pelo desenvolvimento capitalista, e não uma reminiscência do feudalismo ou de algum outro modo de produção pré-capitalista, visto que o caráter do latifúndio é, por essência, capitalista.

Segundo Ruy Mauro Marini, o pensamento da TMD foi, sobretudo, um enfrentamento teórico dentro da própria esquerda do que uma resposta direta ao desenvolvimentismo da CEPAL. Aliás, nesse sentido, lembre-se que, desde a obra *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado também efetuava certa crítica às teses da feudalidade. Conforme explica Marini (2005, [1973]):

A Cepal só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que haviam se dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da

revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Contrapondo-se a isso, a “nova esquerda” caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando o predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta antiimperialista.

As correntes teorias do desenvolvimento, embora desejassem parecer neutras em termos de valores, consideravam os países da Europa ocidental e os Estados Unidos da América como os modelos mais bem acabados de sociedades modernas a serem alcançadas (DOS SANTOS, 1998). Como aponta Theotônio dos Santos (1998):

Isto ficou mais claro quando se colocou a necessidade de propor políticas coerentes de desenvolvimento que visassem elevar toda a população do mundo ao nível dos países desenvolvidos, que haviam alcançado este estágio “superior” de organização social. Na economia, autores como Singer, Lewis, Harrod, Domar, Nurske tentaram formalizar os comportamentos e políticas possíveis e necessários para alcançar o desenvolvimento. Outros, mais céticos, e alguns até críticos, não deixaram de buscar os mesmos resultados com métodos menos formais. Perroux, Nurske, Haberler, Vines, Singer, Hirschman, Myrdal não deixaram de pretender o mesmo objetivo: elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não-racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas, etc.

Em sua obra *El desarrollo del subdesarrollo*, André Gunder Frank (1991) resume muito bem como o trabalho da TMD, no contexto geral, está direcionado exatamente contra as teorias e as políticas do:

[...] desenvolvimentismo derivada da – ou camuflada pela – teoria do desenvolvimento neoclássica e monetarista; contra as explicações keynesianas e estruturalistas; e contra a teoria, política e práxis da Cepal, da Aliança para o Progresso e dos partidos comunistas e marxistas ortodoxos. Coloquei todos no mesmo saco. Porque pesem suas diferenças, todos compartilhavam a visão de que o subdesenvolvimento era original ou tradicional. Todos postulavam que o desenvolvimento poderia ter lugar através de reformas graduais em sociedades e/ou economias duais, donde o setor moderno se expandiria e eliminaria o setor tradicional.

Consideram-se também falhas as análises que afirmam que o subdesenvolvimento é dual, ou seja, caracterizado por uma heterogeneidade estrutural gerada pela alta produtividade de um setor capitalista monopolista (capital industrial) e pela produtividade muito baixa de setores com traços pré-capitalistas (capital mercantil). Isso porque se observa que a realidade desigual é mais profunda e capciosa do que pode parecer à primeira vista. Além disso, as relações centro-periferia, inclusive, não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram a própria vida econômica, política e social interna dos países latino-americanos. Isto é, articulados pela divisão internacional do trabalho e por laços de exploração, existem metrópoles nacionais, regionais e locais que, ao reproduzirem, também em nível nacional, as relações metrópole-satélite internacional, constituem uma rede que serve para canalizar sistematicamente o grosso dos excedentes locais – por meio de transações comerciais e sustentada na superexploração da força de trabalho – às metrópoles mundiais. Ademais, como resultado, ao subtrair-se cada vez mais da periferia seus elementos de acumulação, potencializa-se as estruturas globais de dominação (FRANK, 1976, p. 26-28). Nas palavras de Vânia Bambirra (1978):

[...] o grande aporte da teoria da dependência foi ter demonstrado que este não é meramente um fenômeno de relações internacionais, de intercâmbio comercial

desfavorável aos países poucos desenvolvidos; mas, sim, que são as relações internas que configuram uma estrutura econômico-social cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialista.

O certo é que o conceito de dependência constitui a expressão concreta das relações econômicas internacionais entre países industrializados e países periféricos, onde o modo de produção capitalista ocorre sem que seus elementos se apresentem no mesmo grau e sob as mesmas formas em todas as economias, uma vez que são engendradas leis tendenciais específicas às economias dependentes. Assim sendo, as contradições do capitalismo tornam-se ainda mais agudas nestes locais (LUCE, 2018, p. 197-198).

Considerações finais

Ainda que a natureza do capitalista não possa ser aprendida corretamente por concepções metodológicas não holísticas, a Teoria Marxista da Dependência não significa apenas uma simples crítica às interpretações ortodoxas, desenvolvimentistas e da esquerda stalinista, mas sim, a chave analítica que revela uma nova interpretação da atual realidade – de alta hierarquização e monopolização tecnológica e financeira – e representa, nesse sentido, o ponto de partida do desafio contemporâneo de pensar o mundo do ângulo de sua transformação – ou seja, pensar também um novo Brasil.

A origem histórica dos debates dependentistas de concepção marxista ocorreram entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, mas, não é exagero afirmar, que se faz cada vez mais necessário retomar suas principais questões e aprofundá-las nos dias que correm. Compreender a TMD não é pressupor que não possa existir crescimento econômico, acumulação de capital e produção para o mercado interno e externo, mas sim, perceber como as relações de produção, distribuição e consumo nos países periféricos estão invariavelmente subordinadas a um sistema de exploração e de dependência. A mais-valia gerada nos países periféricos é apropriada em larga medida pelo setor estrangeiro, numa ampla transferência de valores baseada numa troca extremamente desigual. Assim, o sistema é dependente porque reproduz uma estrutura produtiva cujo desenvolvimento é limitado por relações que estabelecem apenas o desenvolvimento dos países centrais.

Conclui-se, portanto, que o subdesenvolvimento não é um pré-capitalismo e tampouco qualquer falta de capitalismo, mas um modo específico da produção capitalista que estrutura e sacrifica nossa sociedade latino-americana. Tentativas de analisar o atraso como falha de assimilar modelos avançados de produção (falta de modernização) são insuficientes, pois a dependência significa uma situação na qual a economia de países periféricos é condicionada justamente pela modernização e pela expansão econômica dos países centrais, e, diante disso, nas regiões subordinadas, agrava-se todos os problemas inerentes ao modo capitalista de produção.

Pretende-se, por fim, em futuras investigações, avançar no estudo da Teoria Marxista da Dependência e aprofundar a análise das suas categorias. Ao mesmo tempo, à medida que a compreensão teórica for aumentando, visa-se buscar possíveis mecanismos de ação política renovadora para o caminho do socialismo e da emancipação humana, ainda que a ideologia do *status quo* busque desmobilizar qualquer ideia de transformação como sendo um movimento ineficaz, de tal modo que, para sustentar uma sociedade de classes, necessita subtrair de nossas vidas o horizonte possível. Eis as palavras de Seibel Luce (2018, p. 204):

[...] falar em dependência não é pressupor nem almejar a possibilidade ou a viabilidade histórica de um capitalismo independente. [...] É, na verdade, voltar-se criticamente ao exame dessas questões. É explicar, com rigor crítico, que as tendências alienantes, destrutivas e disruptivas do modo de produção capitalista

agudizam-se sob as relações de dependência, redobrando as relações de exploração e, com elas, as necessidades do rompimento com esta forma histórica de organização da vida para dar lugar a uma forma superior, mediante a construção do socialismo.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de la Dependencia**: una anticrítica. Cidade do México: Era, 1978.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento**: o jogo das empresas transnacionais – ETNs – e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros – IDEs. Brasília: LGE, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso na EESP/FGV. São Paulo: junho de 2008.

_____. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora 34, 1998.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e dependência**. México: Era, 1980.

_____. O desenvolvimento latino-americano: passado, presente e futuro (uma homenagem a André Gunder Frank). In: CHEW, Sing; DENEMARK, Robert (Orgs.). **The underdevelopment of development**: essays in honor of André Gunder Frank. Londres; Nova Déli: Sage, 1996.

_____. La teoría de la dependencia: un balance histórico. In: LÓPEZ SEGRERAS, Francisco. **El reto de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos. Caracas: CRESALC-UNESCO, 1998.

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo**: un ensayo autobiográfico. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

_____. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GRACIOLLI, Edilson José; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: **Anais do V Colóquio Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, 2007.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].